

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

Lei nº 52 de 26 de Junho de 1.964.

REGULA A OBRIGAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRAS PARA COM AS ESTRADAS E CAMINHOS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Jericó, Estado da Paraíba, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam os proprietários de terras neste município, obrigados a roçar uma vez por ano, as estradas e caminhos.

§ Primeiro- O roço das estradas terá pelo menos de trânsito público, nos terrenos de sua propriedade, 2 metros de largura para cada lado.

§ Segundo - A época destinada a execução deste serviço, será entre Junho e Julho.

§ Terceito- O infrator deste artigo será punido com pena de multa cobrada à base de Cr\$ 10,00 por metro alinear.

Art. 2º - Além da obrigação do artigo anterior, ficam os proprietários obrigados a proceder periodicamente à conservação das estradas carroçáveis ou caminhos que cortar em seus terrenos.

§ Único - Onde necessitar, serão colocados porteiras ou mata-burros depois de requerida a necessária licença à Prefeitura.

Art. 3º - Os proprietários que se recusarem a dar cumprimento ao que determina o artigo anterior, ficam sujeitos a multa de Cr\$ 1.000,00 e o dobro na residência.

Art. 4º - Ninguém poderá desviar, estreitar ou fechar estradas e caminhos de serventia pública, sem prévia licença da Prefeitura: contanto que esses desvios não excedam a 600 metros, dependendo da natureza do terreno e a opinião dos habitantes da região.

§ 1º - O infrator deste artigo, será punido com multa de Cr\$ 1.000,00 a 2.000,00 e obrigado a desfazer o serviço à sua custa, dentro do prazo de dias, contados da intimação.

§ 2º - Serão contudo isente de multa prevista no parágrafo anterior os que desviarem as estradas impedidas por águas de açúdes feitos em riachos ou correios, abaixo das mesmas estradas, neste caso apenas dar ciência à Prefeitura.

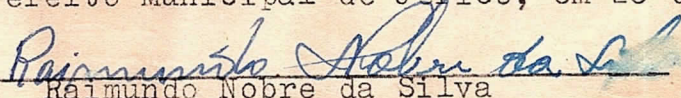
Art. 5º - Não será permitida a construção ou reconstrução de açúdes, barragens, etc, em local onde exista estrada ou caminho que venha tornar-se intransitável pela natureza do terreno.

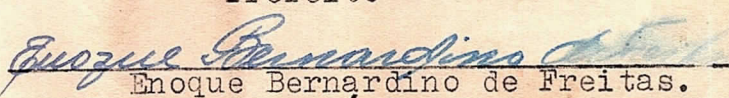
Art. 6º É proibido sob. pena de multa de Cr\$ 1.000,00 a 2.000,00.

- a)- Fazer escavação nas estradas e caminhos públicos.
- b)- Edificar cercas e valados à margem das estradas, não deixando pelo menos 2 metros de distancia de cada lado.
- c)- Deixar imundiciis ou animais mortos no leito das estradas ou caminhos.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua sanção.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jericó, em 26 de Junho de 1.964.


Raimundo Nobre da Silva
Prefeito


Enoque Bernardino de Freitas.
Secretário.